

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ"
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FLORESTAIS
LCF 0679 – Políticas Públicas, Legislação e Educação Florestal

Profº Marcos Sorrentino

MIP:
A comunidade e as questões ambientais

Grupo:

Daniel Abranches Poiati
Manuela Corrêa de Castro Padilha
Pedro Henrique Lopes

Piracicaba
2017

1. Introdução

Nos anos 2000, cresceu o número de pesquisas, publicações e sítios eletrônicos dedicados a listar, discutir e mapear casos de conflitos socioambientais no Brasil e no mundo e, ao final da década, vimos ressurgir a polêmica sobre a gestão ambiental envolvendo os licenciamentos de grandes empreendimentos. Neste contexto, Loureiro (2009) aponta para uma especificidade que a educação ambiental vem conquistando aos poucos: a novidade estaria na adoção de uma perspectiva “com forte impacto nas políticas públicas e nas relações de poder entre os grupos sociais que se situam em territórios definidos por processos produtivos licenciados”. Ainda assim, entre as dificuldades e desafios apontados para a educação ambiental está a escassa problematização dos conflitos socioambientais (LIMA, 2011) (MALAGODI, 2014).

A educação ambiental critica parte do princípio de que, diante das contradições explicitadas nos processos de licenciamento, quanto mais poder têm os grupos sociais em situação de vulnerabilidade aos impactos, melhor é a qualidade da participação desses grupos na busca da transformação da sua realidade, direcionando suas lutas. Ou seja, como a gestão ambiental ocorre em um campo de disputas e de correlação de forças, ela contém, em si, tais contradições e, quando estas são exploradas por aqueles que desejam inverter tal correlação, é possível produzir um processo educativo que fortalece os grupos em vulnerabilidade (MENDONÇA & SERRÃO, 2014).

Por meio de processos educativos que informem e articulem os diferentes agentes sociais envolvidos, os grupos sociais em vulnerabilidade conseguem elaborar propostas e encaminhar decisões que influenciarão na gestão de seus territórios (MENDONÇA & SERRÃO, 2014).

Quando nos lançamos a promover processos de desenvolvimento e, por sua vez, promover projetos políticos democráticos onde os sujeitos e as comunidades possam realizar seu potencial humano e social de forma ambientalmente sustentável, o exercício da avaliação contemporânea pede que se produzam “aprendizagens”. No extremo desta ideia, o desejo é que a palavra avaliação possa ser substituída pela palavra aprendizagem. Avaliar é aprender; avaliar as práticas ambientais significa aprender sobre elas. Avaliar os coletivos educadores significa aprender sobre eles. A pessoa avaliadora torna-se a pessoa “aprendedora” (BRANDÃO & SILVA, 2014).

O que se quer sustentar aqui é que a possibilidade de aprender contém o ato de conhecer criticamente o mundo, tomar pé da situação em que um sujeito se encontra, bem como enxergar as forças que levam a esta situação. Ou seja, observar as causas e consequências das ações e posições das coisas no mundo. Parece que é esse processo que traz ao indivíduo a oportunidade de transformar a si mesmo e ao mundo. Assim, tem-se uma chance de desenvolvimento, de mover-se da situação em que se encontra e de avançar na infinita marcha por ser mais (Freire, 1970; 1996).

É exatamente ao tocar o desenvolvimento da vida humana que mergulhamos no campo da ética (Dussel, 2002) e sustentamos de maneira ainda mais profunda a relação entre avaliação e aprendizagem.

Como afirmam Freire e Faundez (2002), a força de trabalhar com perguntas está em sua natureza de instigação, na possibilidade de que elas coloquem em movimento os espaços e ideias onde são inseridas. Nas palavras de Kaplan (2002), as perguntas são como “instrumentos mágicos, são varinhas de condão que destrancam os segredos das situações sociais. Quanto maior a pergunta, mais ela revelará, e mais apurada tornará a nossa leitura”.

2. Objetivos

Como justificado e contextualizado na introdução, nosso trabalho obteve como objetivo de criar, a partir de perguntas para um público de diferentes idades, no âmbito de tentar entender o quanto as pessoas sabem sobre questões ambientais, envolvendo políticas públicas e educação ambiental, para então fazê-las refletir em suas ações para com o meio ambiente em sua comunidade, sendo que o que nos motivou à essa proposta foram as questões educacionais levantadas por nós mesmos, como as seguintes:

- 1) Qual seu nome?
- 2) Qual sua idade?
- 3) Qual o seu conhecimento em relação às políticas públicas envolvendo o meio ambiente?
- 4) Você tem contato com a Educação Ambiental no seu cotidiano, como na escola, no ambiente que você vive...
- 5) Com relação à Educação Ambiental, quais ações sustentáveis você considera mais importantes para serem implementadas no seu dia-a-dia?
- 6) Quando você era jovem, quais eram suas percepções sobre floresta? O que mudou?
- 7) Em frente a exploração e escassez de recursos naturais, como você imagina o meio ambiente no futuro?
- 8) Como você avalia as áreas verdes e arborização na sua cidade?
- 9) A solução dos problemas ambientais, a seu ver, depende mais:
 - Das pequenas ações de todos, no seu dia-a-dia
 - Das decisões dos governos e das grandes empresas

3. Desenvolvimento

O desenvolvimento da nossa intervenção se deu por meio dos seguintes passos:

- Elaboração e aplicação do questionário
 - Entrevistas
 - Análise e reflexão da intervenção
- Elaboração do produto educacional

Pudemos perceber que através dessa atividade, os entrevistados se mostraram interessados no assunto e engajados a se aprofundar nesses assuntos relacionados às questões ambientais e suas legislações.

4. Conclusão

- Realidade (Vídeo de Steve Cutt) vs. Utopia

A Utopia seria fazer com que as pessoas não fiquem só no comodismo e sim se engajar com assuntos políticos ambientais, a partir dessas pequenas reflexões através das entrevistas, as instigando a ir além desse comodismo.

Com o nosso incentivo a expectativa é de que as pessoas parem para pensar no que elas podem fazer para mudar o cenário em que estão vivendo e não só se comportar de uma forma crítica sem que uma atitude seja tomada. Com as nossas entrevistas pudemos perceber a falta de informação e engajamento por parte da sociedade quando se

trata de políticas públicas.

Porém apesar do baixo conhecimento e engajamento por parte das pessoas, acreditamos que a proposta da nossa intervenção foi bem sucedida, pois com as entrevistas e o questionário aplicado as pessoas refletiram sobre questões que no cotidiano elas não param pra refletir, como foi relatado pelos entrevistados.

5. Anexos

Link do vídeo apresentado:

<https://drive.google.com/file/d/1AyzArwkZIF6NK8obwhEDPcuBom8d3PF/view?usp=sharing>

6. Referência bibliográfica

FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.): Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3. Brasília: MMA/DEA, 2013. 452 p.